

CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

S CONTRA A REDUÇÃO DA IDADE PENAL
ESCOLA CADEIA

Reduzir a maioria penal não reduz a violência

▶ páginas 12 e 13

Campanha salarial dos servidores federais chega à **reta final**

▶ páginas 6 e 7

Cortes no orçamento **geram** dificuldades no **CRCN** e na **Conab**

▶ páginas 8 e 9

Núcleo dos Aposentados presente na Conferência do **Idoso**

▶ página 3



Sindsep-PE com mais espaço na **CUT Pernambuco**

▶ página 4

Meritocracia como legitimação da desigualdade social

Ancorado na lista entre um dos países com maior desigualdade social do mundo, o Brasil tem procurado, ao longo de sua história, legitimar essa desigualdade, naturalizar a miséria. Na atualidade, essa legitimação vem se dando através do tão em voga discurso da meritocracia. Em um Brasil prestes a implantar a redução da maioridade penal - o que vai criminalizar uma juventude pobre e negra já tão abandonada pelo Estado -, não causa estranheza defender a tese de que as pessoas "têm aquilo que merecem" ou "são fruto de seu próprio esforço", como se existisse igualdade de oportunidades.

Dito de outra forma: ter privilégios no Brasil tornou-se algo normal, assim como é natural condenar pessoas que não alcançam altos postos na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho. No livro *A Ralé Brasileira - como é e como vive*, Jessé Souza¹, doutor em Sociologia, procura mostrar como se dá a construção desse discurso, discurso que não só é reproduzido, mas legitimado pela mídia. "O indivíduo fracassado não é discriminado e humilhado cotidianamente como mero 'azarado', mas como alguém que,

por preguiça, inépcia ou maldade, por 'culpa', portanto, 'escolheu' o fracasso", diz o autor. Esse discurso justifica a não ascensão de alguém que "não se esforçou e, portanto, não merece" galgar e alcançar determinado posto.

Os defensores do mérito como requisito para as conquistas querem naturalizar o privilégio sob o argumento de que esse privilégio é resultado do esforço individual. "Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a 'meritocracia', ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são 'justos'", acusa Jessé Souza, no livro *A Ralé...*

No início de junho, a ONU divulgou dados preocupantes sobre a situação da infância no mundo: mais de 160 milhões de crianças são vítimas de trabalho infantil, muitas delas submetidas a trabalho análogo ao escravo. Aí eu pergunto: essas crianças têm condições de competir de igual para igual com outra a quem lhe foi garantido o pão de cada dia, que frequenta escola, tem casa para morar, família, lazer e que tem,

principalmente, direito à viver sua infância? Em regra, pessoas que têm essa história de vida podem, em algum momento da sua trajetória, galgar algo tendo como parâmetro a meritocracia?

Essas crianças, assim como tantas outras que não têm direito à dignidade, são parte de um Brasil desumano, vingativo, egoísta. Muitas delas sequer têm acesso à escola. "Algumas vezes, ainda que alguns pais estimulem os filhos a irem à escola, os motivos dessa escolha são 'cognitivos', da 'boca para fora', posto que a maior parte desses pais também não foi à escola ou não teve nenhuma experiência pessoal de sucesso escolar", afirma Jessé Souza.

Diante desse quadro, o que temos que fazer é parar com essa hipocrisia. A desigualdade social e o discurso dominante da legitimação e criminalização da pobreza precisam urgentemente ser extirpados da nossa sociedade. E isso só será possível com uma inversão radical de valores.

Isac Santos
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE



Conferência Municipal nordestina política para pessoa idosa

Construir a política municipal para a pessoa idosa, ampliando a discussão e reflexão sobre o protagonismo e empoderamento dessa parcela da população. Esse foi o principal objetivo da IV Conferência Municipal da Pessoa Idosa do Recife, realizada entre os dias 10 e 11 de junho, no Recife Mar Hotel. O Sindsep-PE esteve representado no evento pela integrante do Núcleo de Aposentados da entidade e do Conselho da Pessoa Idosa, Ana Melo, e pela diretora de Promoção Cultural do Sindicato, Marli Barbosa.

"É em eventos como esse que buscamos as diretrizes para a melhoria da qualidade de vida do idoso, para que ele se torne protagonista das discussões, buscando apoderar-se daquilo que lhe é de direito e conquistando a almejada inclusão social", destacou Ana Melo.

A conferência foi coordenada pelo Conselho da Pessoa Idosa do Recife e Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, contando com a presença de representantes de diversas entidades ligadas à categoria. Com o tema *Por um Recife de Todas as Idades*, o evento enfatizou a necessidade de colocar a temática da pessoa idosa no cenário político municipal, garantindo sua intersectorialidade e a efetivação de direitos para esse setor.

Para tanto, foi proposto que os participantes se dividissem em grupos para debater as

ações em execução por parte da Prefeitura do Recife e apontar propostas a partir dos seguintes eixos: gestão (programas, projetos e ações); financiamento (orçamento público); participação (política e de controle social); e enfrentamento à violência e garantia de direitos da pessoa idosa.

A conferência insere-se como um mecanismo fundamental de gestão da política social para orientar os gestores públicos, os dirigentes das instituições da sociedade civil, os profissionais e, especialmente, as pessoas idosas, sobre as prioridades e estratégias mais adequadas para o enfrentamento das mais diversas questões e demandas do envelhecimento, e os processos ao seu entorno.

PRESENTE E FUTURO

"Importante destacarmos que o Brasil está se tornando um país de idosos. Temos que preparar os governos para a inserção dessa categoria em políticas públicas", comentou outra representante do Conselho da Pessoa Idosa do Recife, Rosa Lima Fonseca.

O Brasil possui hoje cerca de 15 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2025 serão 32 milhões. Segundo o médico geriatra e presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Lucas Andrade, os brasileiros ganharam mais 30 anos de idade com relação à expectativa de vida, nas últimas décadas.

Andrade destacou, durante palestra apresentada na abertura da conferência, que enquanto a França levou 115 anos para duplicar a sua população de pessoas idosas, o Brasil está levando apenas 21 anos. "Por isso, a necessidade de correrem contra o tempo para nos adaptarmos à nova realidade", observou.

Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas a partir da conferência, no entanto, trata-se de um grande desafio para o governo. "É um caminho longo a trilhar. Para isso, temos que enfrentar uma série de barreiras", admitiu a secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Ana Rita Suassuna.

Segundo ela, a Prefeitura desenvolve um projeto de inclusão digital para esse setor, o *Navegar é Preciso*, no antigo colégio Nóbrega, e presta atendimento em dois institutos de longa permanência, com cerca de 65 idosos, além de repassar verba para mais três entidades que atendem mais de 100 idosos.

Além disso, a PCR promove festividades como o Baile, o São João e o carnaval dos idosos. Essas pessoas também são atendidas por programas de outras secretarias como o da Academia da Cidade. No entanto, a própria secretaria reconhece que o governo precisa fazer mais. "Por isso, essa Conferência. Vamos fazer um levantamento do que está sendo feito e propor a implementação de novas políticas", garantiu. ◀

CHARGE SAMUCA



ÚLTIMAS

Curso de ética na política

O Sindsep-PE realizará no mês de agosto o mini-curso *Ética na Política*, com o cientista político e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Michael Zaidan. As aulas serão realizadas todas as terças e quintas, das 19h às 21h, na sede do sindicato. As inscrições estarão abertas de 20 a 31 de julho, através do (81) 3131.6350. A atividade é gratuita e exclusiva aos servidores filiados. O mini-curso é uma parceria do Sindsep-PE com o Núcleo de Estudos Estratégicos de Política Eleitoral (NEEPE) da UFPE. Os servidores que participarem terão direito a certificado. Ele valerá como uma atividade de extensão com carga horária de 12 horas. Esse será apenas o primeiro de uma série de eventos de formação que o sindicato está programando para os filiados neste segundo semestre de 2015. Fiquem atentos ao site e aos informativos do sindicato para participar.

ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 - Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife - PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.500 exemplares

Sindsep com mais força na nova direção da CUT-PE

Com o tema *Educação, Trabalho e Democracia – Direito não se reduz, se amplia*, a CUT Pernambuco realizou, entre os dias 10 e 13 de junho, o 14º Congresso Estadual da entidade (Cecut), reconduzindo Carlos Veras para a Presidência da central. Paulo Rocha, do Sintepe, foi eleito vice-presidente. O Sindsep-PE manteve os três cargos que já tinha na CUT e conquistou outros dois. Nesse caso, os servidores federais passam a ser a segunda maior representação da central, atrás apenas dos trabalhadores rurais.

O Cecut aconteceu no Centro de Formação e Lazer (CFL) do Sindsprev, no bairro da Guabiraba, e reuniu trabalhadores de várias categorias, tanto do campo como da cidade, que discutiram o plano de luta da entidade e elegeram a nova diretoria, que irá ficar à frente da entidade nos próximos quatro anos.

Pelo Sindsep-PE permaneceram na nova direção Vilma Maria, Lindinere Ferreira e Sérgio Goiana e foram eleitos Fernando Lima e José Felipe Pereira. “Essa ampliação é reflexo do trabalho que o Sindsep já vem realizando na CUT Pernambuco”, enfatiza Sérgio Goiana, que na nova gestão permanecerá como titular da Secretaria de Administração e Finanças. Os demais compõem a direção estadual da central sindical.

Dentro da programação do Cecut, houve análise das conjunturas nacional e internacional, debate sobre a importância da mídia no contexto sindical e a democratização da comunicação como um direito de todo cidadão brasileiro. Na mesa de abertura, o presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, lembrou a importância de trazer a juventude à CUT e ao movimento sindical. Ele fez severas críticas à política econômica adotada pelo ministro Levy.

O secretário de Organização e Política Sindical da CUT, Jacy Afonso, disse que a entidade está preparando uma proposta de política econômica para o país. “Estamos contando com a contribuição de economistas renomados do campo da esquerda. Queremos uma política voltada à geração do emprego e de renda e não a serviço do capital”.

No segundo dia de congresso houve também uma homenagem ao ex-deputado Manoel Santos, o Mané de Serra, que faleceu no mês de abril. Por sua história de luta no movimento sindical, o 14º Cecut levou o seu nome.



PRESTÍGIO Vilma, Sérgio, Felipe, Lindinere e Fernando: é o Sindsep na CUT

Central agora tem direção paritária

O 14º Congresso Estadual da CUT Pernambuco vai entrar para a história do movimento sindical cutista por ter sido o primeiro a eleger uma direção paritária. São 44 vagas na diretoria, sendo metade ocupada por homens e a outra parte por mulheres. A proporcionalidade se mantém também na Executiva e no Conselho Fiscal.

A paridade foi obtida no último congresso nacional da CUT, realizado há três anos. A ideia é que, assim como a CUT-PE, as CUTs de outros estados abracem a ideia e elejam direções paritárias. Em Pernambuco, a paridade aconteceu sem precisar ampliar o número de vagas. Foi um consenso dos gêneros. Antes da paridade, existia apenas a cota de 30% de mulheres na direção.

A vice-presidente nacional da CUT, a trabalhadora rural Carmem Foro, explicou que a cota é estratégica e, a partir dela, muitas mulheres entraram nas direções. Mas, apesar da paridade ser um avanço, ela ainda não resolveu os problemas de gêneros. “Ainda não estamos na cabeça, nas principais funções. Agora vamos discutir a paridade real”, declarou Carmem.

Dos cinco representantes do Sindsep-PE na



ESPAÇO Mais mulheres na CUT

CUT Pernambuco, duas são mulheres. Vilma Maria e Lindinere Ferreira. Hoje, apesar de as mulheres ocuparem a Coordenação Geral do sindicato, elas ainda são minoria na direção. “A paridade é um tema ainda em construção. A CUT saiu na frente. É importante que as mulheres ocupem posições estratégicas em várias instâncias de poder”, disse a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira. <<

“É preciso enfrentar a luta de classe como ela se apresenta”

EX-PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS DE PERNAMBUCO E DA CUT, JAIRO CABRAL TEM UMA ATUAÇÃO HISTÓRICA NA LUTA SINDICAL DE PERNAMBUCO. FILÓSOFO E ANALISTA DE SISTEMAS, O MILITANTE É UM DOS MAIS EXPERIENTES DIRIGENTES SINDICAIS. NA ENTREVISTA A SEGUIR, CABRAL FALA SOBRE O MOMENTO DIFÍCIL PELO QUAL PASSA O BRASIL. MOMENTO QUE TEM COMO MAIOR PROTAGONISTA UM CONGRESSO NACIONAL REACIONÁRIO, RESPONSÁVEL POR APROVAR MEDIDAS QUE ESTÃO INVERTENDO O CURSO DA HISTÓRIA BRASILEIRA. HISTÓRIA QUE VINHA TRILHANDO UM CAMINHO DE AVANÇOS SOCIAIS IMPORTANTES NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.



GARRA - O momento político brasileiro é o pior possível, com o Congresso desengavetando e aprovando projetos que representam grandes retrocessos para o país, a exemplo do PL da terceirização e da redução da maioria penal. O Executivo perdeu o controle? Como o senhor avalia o cenário?

JAIRO CABRAL - O arcabouço do Estado brasileiro se baseia na teoria dos três poderes, desenvolvida no século 18 pelo filósofo francês Charles-Louis de Montesquieu. A partir das suas interpretações sobre as obras de Aristóteles e de John Locke, ele escreveu o seu mais famoso livro, intitulado *O Espírito das Leis*, no qual discorre longamente sobre a teoria dos três poderes e o seu funcionamento. Sublinhou que os três poderes são independentes entre si. Todavia devem conviver harmoniosamente, funcionando dentro das suas respectivas atribuições, como contrapesos e fiscalizadores das ações de cada um deles. Este preceito está consagrado no artigo segundo da Constituição Federal e, em última instância, cabe ao povo, controlar os poderes sobre os quais está fundada a república brasileira. Embora saibamos das dificuldades em exercer o controle popular sobre o Estado, quer seja por pouco conhecimento dos mecanismos existentes, quer seja pela baixa mobilização com esta finalidade. O Congresso mais retrógrado dos últimos tempos é consequência de uma série de fatores. Destaco dois. O primeiro é a amplíssima coalizão política da direita à centro esquerda, que dirige o país. Governo de coalizão não pode ser um fim em si mesmo. Deve ser tático, visando à acumulação de forças para mudanças mais radicais. Ao se transformar em um fim em si mesmo, como ocorre hoje no Brasil, perde-se identidade, abandona-se um projeto, junta-se no mesmo balaio alhos e bugalhos e encoraja-se a conciliação de classe como caminho para superar crises e estimular o desenvolvimento. A salada ideológica e política confunde e favorece as estruturas mais conservadoras. O segundo é a onda moralista que deságua em várias frentes, alimentada pela direita. Em nome do combate a corrupção e dos bons costumes, criminaliza-se seletivamente os setores de esquerda e os movimentos sociais progressistas. Corruptos e corruptores checidíssimos, alguns remanescentes da ditadura militar, jovens intolerantes e alienados, a classe média consumista e raivosa, posam de paladinos da moralidade, amparados pela boa vontade de grande parte dos meios de comunicação e do Poder Judiciário. Prega-se abertamente o ódio de classe e a intolerância, inclusive religiosa. O PL 4330, sobre a terceirização, que praticamente acaba com o sistema de proteção dos direitos dos trabalhadores, está no Congresso Nacional desde 2004. Por que ações não foram antecipadas e campanhas de esclarecimentos sobre os seus efeitos nefastos não foram feitas? Ao não reagir, a esquerda deixa espaço para a cristalização da histeria conservadora que assola o Brasil.

GARRA - Essas aberrações acontecem sem nenhuma reação daquelas pessoas que foram às ruas protestar contra o governo Dilma, que fazem panelaço...

JAIRO - Os promotores dos panelaços de “panelas cheias” e seus aliados têm por objetivo derrubar o governo eleito democraticamente. Desejam criminalizar a política, a esquerda, os movimentos sociais progressistas. Particularmente o PT e a CUT. Contam com aliados fortes. Tanto no plano local, quanto no plano internacional. São financiados pelas grandes fortunas brasileiras, por agências internacionais de cooperação, como a Freedom House, para quem os irmãos bilionários americanos Charlie e David Koch fazem polpudas doações, por instituições religiosas como a *Opus Dei* e outras, inclusive evangélicas, e por fundos abutres como o Elliot e Associados, este pertencente ao mega milionário americano Paul Singer. É de se estranhar o fato de o governo brasileiro ter secundarizado a sua política externa e diminuído o protagonismo nas questões geopolíticas, mormente no âmbito dos BRICS. Querem criar um ambiente de instabilidade institucional para justificar a cruzada moralista em curso, para enfraquecer o governo e tentar reconquistar o controle do aparelho de Estado. Para isso vale tudo. Promover a intolerância, o ódio de classe, mentir, derrubar direitos, prender sem a observância do devido processo legal, perseguir minorias e clamar pela volta da ditadura militar. Então pelo quê a elite e os seus vassallos da classe média consumista e raivosa iriam protestar?

GARRA - Como o senhor analisa a performance dos movimentos sociais nesse contexto?

JAIRO - A complexidade das relações na sociedade de hoje exige um novo projeto, a ampliação da pauta para a incorporação das novas demandas e a rearticulação dos movimentos sociais, de forma mais consistente e perene. É preciso não escamotear e enfrentar a luta de classe como ela se apresenta. <<

Governo apresenta contraproposta aos servidores

Em 25 de junho, quando os servidores realizavam um Dia Nacional de Lutas, com mobilizações em vários estados, a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento se reuniu com o Fórum Nacional dos Servidores Federais e apresentou uma contraproposta de reajuste. Foram oferecidos 21,3% divididos em quatro anos. Os percentuais foram escalonados da seguinte forma: 2016 (5,5%), 2017 (5%), 2018 (4,75%) e 2019 (4%). O reajuste seria linear, ou seja, igual para toda categoria, incidindo sobre o vencimento básico.

Para o secretário de administração da Condsef, Josemilton Costa, que participou da reunião com o governo representando a confederação, o que foi oferecido ficou muito aquém do esperado. “Chega a ser indecente”, dispara o sindicalista. Ele lembra que a proposta de reajuste apresentada pela categoria no início da campanha salarial, em fevereiro passado, foi de 27,3% para 2016. Esse percentual tem como ponto de partida o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto de 2010 a julho de 2016, que gira em torno de 44%, já descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas (2013, 2014 e 2015).

O Fórum Nacional dos Servidores Federais tem reunião marcada com o Ministério do Planejamento no dia 7 de julho. Até lá, a categoria terá que decidir se aceita ou não a proposta do governo. A reunião do Conselho Deliberativo de Entidades e a Plenária Nacional da Condsef, marcadas para acontecer nos dias 10 e 11 de julho, foram antecipadas para os dias 3 e 4, para decidir sobre a proposta.



“É importante que o servidor participe das assembleias e das mobilizações”

Lembrando que os servidores federais já possuem indicativo de greve para a primeira semana de julho, aprovado no final de maio, na última plenária nacional da Condsef. É possível que na plenária do dia 4 de julho a categoria confirme a greve por tempo indeterminado.

“É importante participar das assembleias, das mobilizações, para que se possa alcançar nossas reivindicações”, lembra a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

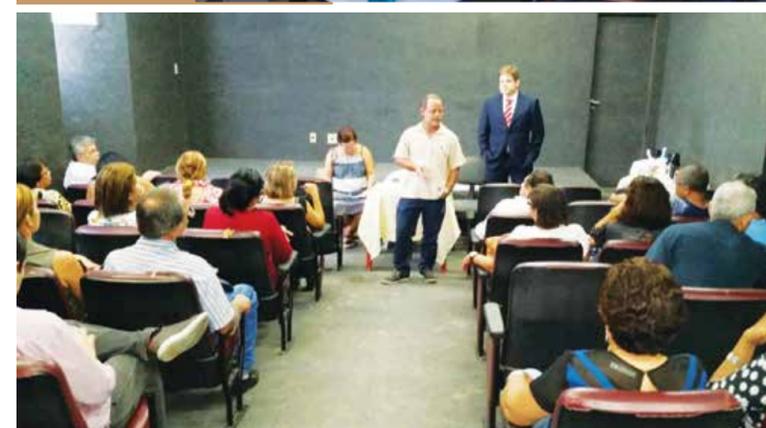
OUTRAS DEMANDAS

Na reunião com as entidades de servidores, o Ministério do Planejamento não apresentou nenhuma proposta de reajuste de benefícios como auxílio alimentação e auxílio creche. A expectativa é que o governo sinalize com algo na reunião do dia 7 de julho.

A pauta de reivindicações dos servidores é muito mais ampla. Além do reajuste salarial, a categoria reivindica a regulamentação da negociação coletiva no setor público (Convenção 151 da OIT – Organização Internacional do Trabalho) e a extensão da Lei 12.277/2010, que concedeu reajustes consideráveis a apenas cinco cargos de nível superior do Executivo. A ideia é que isso se estenda a todas as carreiras e níveis. Outra demanda considerada prioritária é a paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas.



DEBATES
Nas assembleias, além de discutir a campanha salarial 2015, a direção do sindicato fez análise de conjuntura, discutindo o momento político e econômico do país



Sindsep realiza assembleias na Capital e no Interior

De abril a junho a direção do Sindsep-PE realizou uma série de assembleias na capital e no interior do estado para divulgar a campanha salarial 2015. Nesses encontros, além de apresentar a pauta de reivindicações dos servidores federais, os diretores fizeram análises de conjuntura, discutindo o momento político e econômico que vive o país. Também foram repassados os informes das negociações com o governo.

O secretário geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira, conta que foram momentos bastante participativos. “O sentimento que tenho é que os trabalhadores estão conscientes da situação e sabem que precisam se mobilizar para avançar”, conta o sindicalista.

José Carlos de Oliveira realizou assembleias na capital e no Sertão e conta que os trabalhadores reivindicam não só reajuste nos salários, mas também nos benefícios. “Nosso auxílio alimentação é muito baixo. Aquém do que vem sendo praticado no mercado. Sem falar dos outros benefícios como auxílio creche e a contrapartida dos planos de saúde.”

Nas assembleias também foram discutidas demandas setoriais. No dia 2 de junho, por exemplo, a assembleia foi para os servidores do Comando Aéreo Regional (II COMAR), Base Aérea do Recife (BARF), Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA III) e Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF). A discussão girou em torno da reestruturação da carreira específica e incorporação dos PGPEs da Defesa na Carreira de Tecnologia Militar.

Além da Aeronáutica foram realizadas assembleias na Agricultura, institutos federais, Funasa, Incra, Ministério do Trabalho, Funai, Ibama, ICMBio e Fundaj.

APOSENTADOS

Na Região Metropolitana do Recife, paralelo às assembleias dos ativos, o Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do sindicato realizou assembleias específicas para o segmento. Neste caso foram focados nos itens da pauta de reivindicações que são direcionados ao público. ◀

SECA Com suspensão de incentivos do governo, produção rural fica comprometida

Conab deixa de operar programas essenciais para o agricultor familiar



Os cinco anos consecutivos de seca em Pernambuco vêm deixando um saldo negativo para o Estado. Só para ter uma ideia, nesse primeiro semestre de 2015, quase 70% de 126 municípios - de um total de 185 - passaram por situação de emergência por causa da estiagem, que dificulta cada vez mais a vida dos pequenos agricultores sertanejos. As produções despencaram e milhares de animais morrem a cada ano. Para minimizar esse problema, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) lançou, em 2012, um programa de venda de milho, abaixo do preço, para servir de ração aos animais das áreas atingidas.

No entanto, os pequenos agricultores pernambucanos ainda não foram beneficiados com esse programa em 2015. Desde janeiro que eles aguardam a publicação de uma portaria do governo federal para que a Conab possa comercializar a saca do milho a um preço abaixo do mercado. Uma saca que é vendida normalmente por R\$ 38 já foi comercializada, em anos anteriores, ao valor de R\$ 18. Mas a portaria não saiu até o momento. Os agricultores estão abandonados e desesperados porque seus animais estão morrendo aos milhares.

“É dever da Conab estar presente em todas as regiões brasileiras, acompanhando a trajetória da produção agrícola, desde o planejamento do plantio até chegar à mesa do consumidor, e auxiliando o agricultor naquilo que ele precisa. Mas isso não está acontecendo”, denunciou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Esse não é o único programa da companhia voltado para socorrer os pequenos agricultores que não funciona em Pernambuco. Também está parado, há dois anos, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Por meio do PAA, o governo compra a produção familiar a preços adequados, de forma descomplicada e sem intermediários, destinando-a à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais.

Os problemas da Conab não se resumem apenas à falta de verba para programas essenciais. Com um quadro profissional defasado, faixas salariais muito díspares e equipamentos sucateados, a companhia enfrenta os problemas que se repetem em todos os órgãos públicos federais. Atualmente, a Conab possui cerca de 360 funcionários trabalhando nas unidades do Recife e Arcoverde para atuar junto a mais de 16 mil produtores rurais. A grande maioria desses funcionários está no Recife. Na unidade de Arcoverde são apenas seis trabalhadores.

“A maior parte desses funcionários está em idade avançada. Muitos já se aposentaram e continuam trabalhando para complementar os salários. Tivemos um concurso em 2014 e entraram apenas 12 novos servidores”, destacou o funcionário da Conab e diretor de Sindicalização do Sindsep-PE, Sérgio Viana.

Quanto aos salários, há uma grande disparidade entre os funcionários que foram anistiados e reincorporados à companhia e os demais. Enquanto um auxiliar de operações que foi reintegrado ao quadro da Conab recebe cerca de R\$ 3 mil, um funcionário que exerce a mesma função, mas nunca foi afastado, recebe R\$ 6 mil.



“O pessoal que foi reintegrado deveria ter sido recebido com todos os direitos e progressões salariais dos demais”

“Isso acontece porque a empresa não está cumprindo a Lei da Anistia. O pessoal que foi reintegrado deveria ter sido recebido com todos os direitos e progressões salariais dos demais. Mas isso não está acontecendo”, observou Viana.

Depois de muita mobilização por parte do Sindsep-PE e da Condsef, processos na Justiça, mesas de negociação e pressão junto ao governo, cerca de 250 funcionários pernambucanos da Conab, demitidos no governo Collor, retornaram ao emprego.

“Lutamos desde 1990 para que todos retornassem. Só viemos conquistar uma vitória no governo Lula, quando o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, assinou uma portaria readmitindo parte dos funcionários da Conab. Depois, com muita negociação e pressão, conseguimos mais readmissões. A nossa luta agora é pela equiparação salarial”, informou o diretor do Sindsep. Sobre os equipamentos, o dirigente sindical disse que todos computadores e impressoras, além da mobília, das duas unidades da Conab estão sucateados. “Estamos precisando de novos equipamentos ou ficaremos impedidos de trabalhar”



CRISE Ministro recebeu dos servidores documento relatando dificuldades

Centro de Ciências Nucleares ameaçado por corte no orçamento

Em meio a uma crise financeira que põe em risco o funcionamento do Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN) – órgão ligado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) – os servidores do órgão aproveitaram a passagem do ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, por Pernambuco para realizar um protesto. A mobilização aconteceu no dia 12 de junho, durante visita do ministro ao Cetene, outro órgão federal que funciona no mesmo terreno do CRCN.

Após o protesto, o ministro recebeu os servidores, que lhe entregaram um documento expondo as dificuldades do centro. Já foram demitidos 20 terceirizados e há a ameaça de cancelar o contrato com a empresa que faz a segurança no local, por falta de pagamento. O CRCN é responsável por materiais radioativos que precisam de uma vigilância reforçada e permanente durante as 24 horas do dia.

“O CRCN trabalha com fontes radiológicas, bem como possui uma instalação de

rejeitos radioativos e, caso uma fonte dessas seja furtada há o risco de exposição em potencial, fora o efeito, do ponto de vista psicológico, que poderá ter consequências danosas à sociedade”, explica a servidora do órgão e diretora da Associação dos Servidores do CRCN, Suy Hwang.

Além de estar com a fatura da empresa de vigilância pendente, o Centro de Ciências Nucleares também está em atraso com os serviços de concessionária, sofrendo ameaças semanais de corte, como as contas de luz. Caso isso ocorra, os insumos, que precisam ser refrigerados, correm o risco de ser perdidos, culminando uma maior tragédia para as pesquisas que já se arrastam com dificuldades, em função dos cortes e pequenos investimentos que são repassados.

MAIS PROBLEMAS

A dificuldade de quitar as contas administrativas não é o único problema do CRCN. A área onde está instalado o centro lhe foi cedida pela UFPE, mas outros órgãos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia também funcionam no local, sem, no entanto, ter qualquer responsabilidade administrativa sobre o espaço. Ou seja, fica a cargo do CRCN responder por todas as despesas de manutenção, como as da Representação Regional do Ministério C&T no Nordeste (Rene), que funciona também no local.

Segundo Suy, outros órgãos - o Cetene e a Rene - repassam certa quantia para a sede, no Rio de Janeiro, mas esse dinheiro não é encaminhado para o CRCN em sua totalidade.

“Desde a sua criação, o CRCN vem sofrendo golpes que acabam por deflagrar o seu possível desaparecimento. Antes da sua inauguração, o órgão foi alvo de uma ‘reforma agrária’ que culminou na instalação de outros órgãos, desestruturando e desconsiderando todo estudo e justificativa técnica realizada, na época, por especialistas renomados. Uma das piores consequências é o fato de coabitarem no mesmo espaço instituições nucleares com não nucleares, deixando à margem a segurança que requer um órgão dessa natureza”, finalizou Suy. ◀

Mais interlocução na Fundaj e na Fundacentro

Uma interlocução aberta entre as gestões de órgãos públicos e seus trabalhadores, visando o atendimento das demandas trabalhistas. Essa relação mais próxima é uma busca das entidades representativas dos trabalhadores desde que elas foram refundadas no Brasil, após a redemocratização do país. Os sindicatos e associações procuram sempre o diálogo, antes de qualquer confronto com a gestão pública. Mas, com raras exceções, essa aproximação vai além das promessas dos gestores.

No entanto, gestores que acabaram de assumir dois importantes órgãos federais em Pernambuco já começam a trilhar o caminho do diálogo. Essa pelo menos é a primeira impressão deixada pelo presidente da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Paulo Rubem, e pelo presidente da Fundacentro, Túlio Gadelha.

Três dias depois de tomar posse, em cerimônia realizada no dia 1º de junho, Paulo Rubem Santiago se reuniu com representantes dos servidores. O presidente da Fundaj fez questão de dizer que é oriundo do meio sindical e quer manter uma relação mais próxima com os funcionários para identificar suas maiores demandas e procurar atendê-las. No encontro, representantes do Sindsep-PE, Jemuel Nunes Alves e Jaime Vieira Ramos, o presidente da Associação dos Empregados da Fundaj (Asin), César Mendonça, além de outros diretores.

Na ocasião, Paulo Rubem voltou a afirmar que irá fazer todos os esforços possíveis junto ao governo federal para realizar um concurso público para o órgão em 2016. “Como trabalhador da educação ou como parlamentar, sempre estive ao lado dos servidores na luta por concurso público e recuperação salarial. Agora, como gestor, não seria diferente”, destacou.

Além de concurso público, a reunião teve como temas a aplicação da nova tabela salarial à carreira de C&T, garantia de melhores condições de trabalho, reajuste de benefícios e fim do processo de terceirização. “Paulo Rubem garantiu que irá procurar os ministérios da Educação, da Ciência e Tecnologia e do Planejamento para tratar desses assuntos”, disse Jemuel Nunes.

FUNDACENTRO

O presidente da Fundacentro, Túlio Gade-



PAUTA Servidores cobram negociação com Ministério da Ciência e Tecnologia.

“ Servidores da carreira C&T aproveitaram visita de Aldo Rebelo para protestar”

lha, que tomou posse igualmente no dia 1º de junho, também participou de uma reunião com os representantes dos trabalhadores. No encontro, a diretora do Sindsep e da CUT, Lindinere Ferreira, além de outros representantes dos trabalhadores.

Foram debatidas algumas mudanças que Túlio Gadelha deseja promover no órgão.

“Achamos importante darmos a nossa opi-

nião sobre essas mudanças e mostrarmos as nossas maiores demandas”, destacou Lindinere. O presidente da Fundacentro também prometeu se empenhar para a realização de um concurso público para o órgão. Atualmente, cerca de 70% dos profissionais do órgão são terceirizados, restando apenas cerca de 15 servidores federais.

Com a defasagem do quadro, a Fundacentro, que promovia pesquisas e realizava cursos na área de saúde e segurança do trabalho, está com suas tarefas comprometidas e sofrendo cortes drásticos no orçamento.

PRESSÃO

Os servidores da carreira de Ciência e Tecnologia aproveitaram a passagem do ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo, por Pernambuco, no dia 12 de junho, para cobrar dele uma audiência com o Fórum da Ciência e Tecnologia para discutir as demandas do setor. Segundo Jemuel Nunes, diretor do sindicato e servidor da Fundaj, desde fevereiro o fórum protocolou um documento junto ao ministério para discutir a pauta setorial, mas até agora não foi agendada nenhuma reunião. O principal ponto de pauta da C&T é o plano de cargo e carreira. ◀

Observatório fará controle social da mídia



O Centro de Artes e Comunicação (CAC) foi palco, entre os dias 27 e 28 de maio, para artistas, estudantes, ativistas e pesquisadores envolvidos com a I Semana de Gênero e Diversidade da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A programação contou com mostra fotográfica, exibição de curtas, debates, seminários e oficinas. No entanto, o ponto alto do evento foi o anúncio da reativação do Observatório de Mídia – Gênero, Democracia e Direitos Humanos, projeto vinculado ao Departamento de Comunicação (Decom) da instituição.

A criação de observatórios de mídia foi uma recomendação já presente no Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, em 2002, e foi objeto de propostas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada em dezembro de 2009, no Brasil. Os observatórios fazem parte do que Claude-Jean Bertrand (1999)¹ denomina de sistemas de responsabilização da mídia ou MAS. Os MAS são mundialmente utilizados no controle social da mídia, e agem, principalmente, contra duas forças presentes em quase todos lugares: “privatização da mídia estatal e desregulamentação da mídia privada” (BERTRAND, 1999, p. 17).

Eles atuam como instituições intermediárias dentro da sociedade civil, fiscalizando os produtos da estrutura mercadológica dos meios de

1 - BERTRAND, Claude Jean. O Arsenal da Democracia - Sistemas de Responsabilização da Mídia. Bauru: Edusc, 1999

O Observatório fortalece a comunicação e contribui com a democratização da mídia

d) monitoramento da mídia; e e) formulação e proposição de políticas públicas. As atividades fazem parte de projetos de pesquisa, de extensão e dos programas de disciplinas que tratam tanto da ética, quanto dos direitos humanos nos meios de comunicação, ministradas por docentes dos diversos cursos do Departamento de Comunicação.

As propostas contam com a parceria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), do Aucuba, do Centro de Cultura Luiz Freire, do Centro das Mulheres do Cabo, do ITEP, da Marcha das Vadias, do Cendhec e da Secretaria Estadual da Mulher de Pernambuco.

Em meio à crise econômica e de representatividade que assola a mídia brasileira, o ressurgimento do Observatório de Mídia – Gênero, Democracia e Direitos Humanos da UFPE pode significar um importante reforço à formação cidadã de estudantes de comunicação, ao exercício dos direitos humanos junto à comunidade acadêmica, à compreensão da comunicação como serviço público e à luta pela democratização da mídia pernambucana. Trata-se, sobretudo, de um espaço aberto à participação da sociedade. As interações com o projeto, inicialmente, podem ser feitas pelo e-mail observatoriodemiadufpe@gmail.com. ◀

comunicação (observatórios fiscais) e possibilitando o acesso do público ao Estado através de discussões sobre a definição e a implementação das políticas de comunicação (observatório think tank). Percebemos, ainda, que tais organismos podem funcionar basicamente em duas frentes: 1) possibilitando a participação do público no Estado; 2) regulando o privado (fazendo frente à pressão das empresas, junto ao Estado, buscando o fim da predominância da “auto-regulação” empresarial). Ambas as funções servem ao fortalecimento da democracia.

Na UFPE, a prática da observação vem sendo desenvolvida por meio de: a) pedagogia crítica da mídia; b) mídia cidadã; c) ativismo midiático;

SAÚDE, GÊNERO, RAÇA E ETNIA

Sindicato prepara encontros regionais

O Sindsep-PE inicia neste mês de julho uma série de encontro de políticas públicas para debater questões relacionadas a gênero, raça, etnia e saúde do trabalhador. A princípio, as atividades serão realizadas no interior do Estado, nos municípios de Barreiros, Caruaru, Garanhuns, Palmares, Petrolina, Salgueiro e Vitória. Para participar será necessário realizar inscrições para o sindicato poder planejar a infraestrutura. As datas ainda não estão fechadas, mas acompanhem o site do sindicato que, assim que forem confirmadas, serão amplamente divulgadas.

Esses encontros terão o objetivo de fomentar debates e construir propostas sobre políticas públicas. Eles terão como base os textos sobre gênero, raça, etnia e saúde do trabalhador trabalhados no último Congresso do Sindsep, realizado em agosto de 2013, nos planos de lutas da Condsef e da CUT, além da carta-programa da atual gestão do Sindsep. Além disso, a ideia é aproximar o servidor do interior do Estado à direção regional da entidade e ao sindicato como um todo.

Os encontros terão duração de um dia e

meio, com abertura cultural e política, painéis sobre os temas propostos nos eventos, dinâmica de interação, trabalhos de grupo e plenária final. Essa última tem como objetivo tirar encaminhamentos visando à construção de políticas de gênero, raça, etnia e saúde do trabalhador no âmbito dos servidores federais.

Os encontros são uma promoção da Secretaria de Políticas Públicas do Sindsep-PE com a participação das secretarias de Formação e Imprensa e Divulgação. ◀



Fotos: Agência Brasil

Congresso coloca redução da maioridade penal em pauta

No dia 13 de julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 25 anos. Sua criação foi um avanço. Mais que um documento jurídico, ele é um instrumento político e pedagógico, enxerga o jovem infrator como um cidadão em desenvolvimento, dando a ele uma nova oportunidade. Para a pesquisadora da UFPE, Valéria Nepomuceno, o momento seria adequado para discutir melhoras no Estatuto e não retrocessos, como é o caso da redução da maioridade penal, pautada pelo Congresso, com apoio de boa parte da sociedade.

“Infelizmente muitas pessoas associam o Estatuto da Criança e do Adolescente à impunidade. Muito pelo contrário. Ele traz um conjunto de sete medidas punitivas, que são aplicadas de acordo com a gravidade do ato infracional”, explica a pesquisadora. Para José Ricardo de Oliveira, do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, reduzir a maioridade penal para 16 anos é voltar a conviver com o Código de Menores.

“É colocar os adolescentes num sistema prisional falido, sem uma visão sócio-educativa. O Estatuto é um avanço. Ele colocou as crianças na doutrina de proteção integral, onde elas são vistas como cidadãs plenas, mas prioritárias, que estão em desenvolvimento físico, psicológico e moral”, pontua.

Quando cometem um delito, os adolescen-



Com capacidade para 664 jovens, as unidades de internação de PE têm mais de mil infratores”

tes ficam até 40 dias reclusos para receberem a sentença do juiz. O julgamento é mais rápido do que a Justiça comum. Se cometem um ato grave, pegam até três anos de internamento em regime fechado. Os adultos pegam em média 18 anos de cadeia, mas, nesse caso, se tiverem boa conduta e forem réus primários, pagam apenas 1/6 da pena em regime fechado, ou seja, três anos reclusos, assim como os

adolescentes infratores.

“O adolescente não fica impune. Ele cumpre sentença de até três anos. A diferença é que, por estar em desenvolvimento, ele tem a oportunidade de se recuperar com acompanhamento de profissionais, sendo reavaliados permanentemente”, pontua Valéria Nepomuceno.

ENTRAVES

Para a pesquisadora da UFPE, o Estado não foi capaz de disseminar o conteúdo do Estatuto, explicá-lo à sociedade, e a mídia conservadora, sensacionalista e golpista se encarrega de multiplicá-lo de forma equivocada. O grande problema é que o estatuto não é cumprido pelo Estado. A maioria das unidades de internamento sócio-educativo não tem a infraestrutura necessária. Quando os infratores estão internados, eles perdem apenas o direito à liberdade, mas continuam com direitos básicos como educação, assistência médica e moradia, que, por sua vez, são negligenciados pelo Estado.

De acordo com dados do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Política da Criança e do Adolescente (Gecria) da UFPE, no dia 30 de setembro de 2014, as unidades de internação de Pernambuco, com capacidade máxima de 644 internos, abrigavam 1.100. Além disso, no Estado não funciona de forma correta o sistema de liberdade assistida e a prestação de serviços comunitários, que poderiam ser alternativas à internação.

Redução não é solução

Apontar a redução da maioridade penal como solução para acabar com a violência praticada pela população jovem é uma falácia. Só um projeto amplo, duradouro e contínuo de políticas públicas é possível reduzir a médio e longo prazo a criminalidade entre os jovens. Até porque, os dados mostram que o número de adolescentes que praticam crimes considerados hediondo é infimo.

Segundo pesquisa divulgada pelo Unicef, dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,013% cometeu atos contra a vida, ou seja, menos de 1% dos crimes. Em contrapartida, mais de 33 mil brasileiros entre 12 e 18 anos foram assassinados entre 2006 e 2012. O mais assustador é que esses números podem chegar a 42 mil adolescentes até 2019. Com esses dados, presume-se que os jovens - sobretudo pobres e negros - morrem mais do que matam.

Mas esse tema de criminalizar a juventude não é novo. Há mais de 20 anos o projeto para reduzir a maioridade penal tramita na Câmara dos Deputados, mas só agora o presidente da Casa, Eduardo Cunha, resolveu desengavetá-lo. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/93, aprovado em março pela Comissão de Constituição e Justiça, quando foi criada uma comissão especial para analisar a matéria.

Sem nenhuma discussão com a sociedade e em sessão fechada, no dia 17 de junho, a comissão especial aprovou o relatório do deputado Laerte Bessa, favorável à redução da maioridade penal de 18 para 16 anos.

Uma semana antes, a votação já tinha sido adiada por conta de um protesto realizado por estudantes que se colocaram contrários à revogação da lei atual. No dia 17, as pessoas tiveram o seu direito de protestar cerceado, ficando proibidas de acompanhar a votação. Até o fechamento dessa edição, a PEC 171 não tinha ido a plenário, mas a previsão era que a matéria seria votada no dia 30 de junho.

Caso se concretize a PEC 171, o Brasil vai, mais uma vez, na contramão do mundo. A Espanha e a Alemanha, que tinham reduzido a maioridade penal, voltaram atrás na decisão porque a violência não reduziu com a medida. E mais: atualmente, 70% dos países estabelecem 18 anos como idade penal mínima.

REAGIR É PRECISO

O Conselho Estadual da Criança e Adolescência de Pernambuco está realizando uma série de debates para discutir a redução da maioridade penal. Pegando como mote os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a entidade apresenta os artigos do documento, mostrando que já existe uma legislação que pune os jovens infratores, mas que busca a ressocialização dele, ao contrário do que propõe a PEC 171, que viola gravemente os direitos dos adolescentes.

Jovens precisam de dignidade e não de cadeia

Apesar da superlotação das unidades prisionais, do fracasso do sistema sócio-educativo brasileiro, menos da metade dos jovens infratores voltam a cometer delitos. Já no sistema penitenciário dos adultos, a reincidência oscila entre 80 e 90%. Só esse dado acima basta para mostrar que a redução da maioridade penal não é a solução para o problema da criminalidade no país, mas outros indicadores estatísticos vêm desconstruir essa falácia.

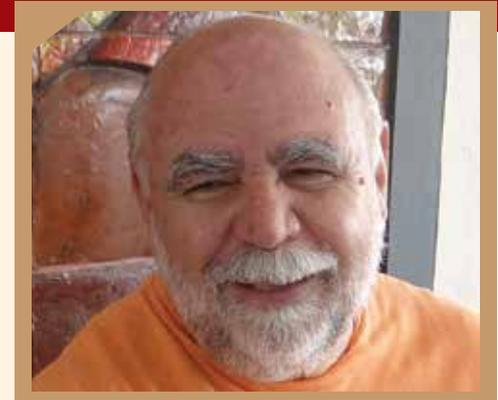
Segundo pesquisa do Gecria/UFPE, de setembro de 2013 ao mesmo mês de 2014, apenas 0,32% dos jovens pernambucanos cometeram algum tipo de ato infracional. A maioria dos infratores internos tem de 15 a 17 anos e foi condenada por causa do envolvimento com o tráfico de drogas. “Por que em vez de discutir a redução da maioridade penal não se discute políticas públicas para esse perfil de adolescente? Não podemos culpar os jovens e as famílias pela ausência do Estado”, declara Valéria Nepomuceno.

Para a pesquisadora da UFPE, o Congresso deveria estar cobrando a aplicação do Estatuto. “A redução da maioridade penal é a ação de um congresso populista e hipócrita que quer dar um retorno imediato à sociedade. Não se discute o pano de fundo do ato infracional. Reduzir é o caminho mais fácil”, destaca Valéria, para completar: “A sociedade não está preocupada em discutir a situação das unidades sócio-educativas. Afinal de contas, a maioria que está lá é pobre e negra.”



VALÉRIA
“Reduzir a maioridade penal não é a solução. A lei que daria a solução (ECA) não é cumprida”

O fascismo é fascinante?



O fascismo é fascinante? Imediatamente sou conduzido a um estimulante ensaio do filósofo alemão Walter Benjamin, assassinado pelo Nazismo, *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*, onde opõe a politização da arte à estetização da política, num momento em que as tecnologias da informação estavam sendo postas à serviço da destruição. O fascismo pode ser analisado ora como categoria estética, ora como categoria econômica, ora como categoria ético-psicológica ou como categoria política.

Como categoria estética, o fascismo prega o fim da separação entre a vida e a arte, provocando uma espécie de “dessublimação repressiva” dos objetos da cultura e glamorizando o cotidiano, as coisas comuns. É uma estratégia a serviço da mercadoria – ela própria o resultado de um processo de fetichização das relações sociais. Estratégia comum da sociedade de consumo: estetizar os objetos, dotando-os de uma aura de santidade ou de erotismo. No campo da arte, essa tendência leva à PopArte, ao putchismo, à desrealização da arte. Como dizia o dramaturgo Bertold Brecht: transformar o familiar em estranho, e o estranho em familiar. É o efeito da estética do choque, bem representada pelo cinema.

Como categoria econômica, o fascismo é a superestrutura política do capitalismo tardio ou dos países que tardiamente se unificaram através de uma “revolução passiva” (Antônio Gramsci), através de um compromisso das elites, pelo alto, deixando intocadas as relações sociais no campo. Apesar da fachada de

pardieiro política do Estado fascista, o seu objetivo é usar o terror de Estado para completar a transformação capitalista da economia, tornando-a plenamente capitalista - capitalista monopolista de Estado (Alemanha, Itália, Japão). Politicamente regressiva; economicamente progressista.

Já como categoria ética-psicológica, o fascismo é representado pelo “caráter anal retensivo”, na tipologia do psicanalista Erich Fromm. Modelo de personalidade autoritária, produzida por uma economia libidinal repressiva, baseada na organização da família heterossexual e monogâmica, avessa à sexualidade polimorfa. Modelo de organização libidinal na sexualidade genital e destinada à produção de mão-de-obra para o mercado. O corpo fascista é o corpo deserotizado, transformado em máquina de produção, com uma especialização genital da sexualidade. Modelo adequado à sociedade-do-trabalho, mesmo em suas versões tardias e autoritárias. Há que ser lembrada a famosa ética puritana do trabalho.

Finalmente, como categoria política, o fascismo é mais amplo, porque necessariamente não precisa estar a serviço do capital monopolista. A principal característica do fascismo político é a estética da violência, da estetização da guerra, da destruição. A pirotecnia dos canhões, das bombas, a carnificina da guerra de trincheira, a rastro de destruição dos tanques de guerra, tudo isso caracteriza o horizonte da política fascista. O *mise en scene*, a representação, a teatralização da política, vista como mero espetáculo.

Mais grave é a essência autoritária, intolerante, repressiva, uniformizadora dos movimentos fascistas, que transformam “pogroms” em festivais. Aí o lúdico, o brincante, a policromia e a metamorfose estão a serviço da discriminação, do preconceito, da criminalização do diferente, e das diferenças. Ser preto, pobre, homossexual, árabe, prostituta ou transformista, é um crime em si mesmo. Representa uma grande ameaça àquilo que Fromm chama de “patologia da normalidade”. Ou seja tudo que se afasta do padrão é suspeito de terrorista, inimigo público etc. O indivíduo disciplinarizado pelas tecnologias sociais é o modelo de sociabilidade, nessas sociedades panópticas de nossa época.

O perigo é que o fascismo implica uma base da massa organizada. Massa irracional, essa a nossa, que “emprenha” pelos olhos e pelos ouvidos, tudo que vê e escuta por meio de uma imprensa golpista, cujo objetivo é capturar consumidores (e eleitores) incautos. Isso, num país de herança escravocrata e hierárquica, que trata com supremo desprezo pobres e miseráveis. Num modelo de sociedade que fez opção por incluir socialmente as pessoas pelo acesso aos bens de consumo duráveis, e não através das políticas públicas. E em que o neopentecostalismo ameaça cada vez mais, o laicismo do Estado brasileiro.

Em face às crises econômica e de governabilidade, do espetáculo da corrupção política e social e do “amoralismo” dos meios de comunicação, “só Jesus salva”. ◀◀

PELO MUNDO

América Latina sem fome

A América Latina e o Caribe estão dando exemplo para o mundo inteiro no que se refere à erradicação da fome. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nos últimos 20 anos, a fome nessas regiões baixou de 14,7% para 5,5%, beneficiando mais de 30 milhões de pessoas. Esse avanço se deve, principalmente, aos programas de incentivos sociais e políticas públicas, implantados pelos governos da maioria dos países que compõem a região, e que priorizam, sobretudo, a redução da pobreza e desigualdade. Exemplo disso é o Bolsa Família, implantado no Brasil nos últimos 12 anos.

Em defesa dos palestinos

Músico e ativista das causas sociais, o líder da banda Pink Floyd, Rogers Waters, fez um apelo aos brasileiros Caetano Veloso e Gilberto Gil, para que eles cancelassem os shows que tinham agendado para o dia 28 de julho, na cidade de Telavive, em Israel. A proposta partiu do movimento Boicote, Desinvestimentos e Sanções (BDS) pela liberdade, justiça e igualdade dos palestinos, do qual Rogers e artistas do mundo inteiro fazem parte. Mesmo com o apelo do ícone do Pink Floyd, Caetano e Gil mantiveram a agenda dos shows.